



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)
 PERGUNTA Número 2783 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>1816</u> / 200 <u>9</u>
O Secretário da Mesa

Assunto: **Situação social no Concelho de Seia**

Destinatário: **Ministério do Trabalho e Solidariedade Social**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

A situação económica e social do país é fruto da política deste Governo e dos anteriores, desguarnecendo os direitos laborais e sociais, penalizando o tecido económico e destruindo paulatinamente o nosso aparelho produtivo. Essa situação é particularmente grave nas regiões do interior, onde se continuam a fazer sentir as profundas assimetrias regionais do nosso país.

Entretanto continuam a existir situações de impunidade, com a complacência do Governo, quer quanto à violação de direitos dos trabalhadores, quer também quanto ao incumprimento dos compromissos assumidos em contrapartida de apoios públicos. E é totalmente ilegítimo que empresas que durante anos embolsaram lucros à custa do esforço dos seus trabalhadores, aproveitem agora qualquer situação momentânea de dificuldade para despedir e precarizar os vínculos laborais.

O caso do Concelho de Seia é deste ponto de vista especialmente grave.

Na empresa Beiralã, foram despedidos 120 trabalhadores depois do Tribunal Judicial de Seia ter decidido a insolvência da firma, ficando a laborar apenas 90 trabalhadores numa situação que parece não ser definitiva. Não se conhece qualquer iniciativa do Governo para pedir contas dos milhões de euros que o empresário recebeu dos dinheiros públicos.

Na empresa Lusolã, verificaram-se já alguns despedimentos de trabalhadores, através da não renovação de contratos, desconhecendo-se ainda os números finais.

Na empresa Ara, também cerca de 30 trabalhadores foram despedidos de uma forma negociada, desconhecendo-se as razões alegadas pelas administrações destas empresas para terem



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

tomado tão graves decisões.

No Contact Center da EDP, que emprega 250 trabalhadores, muitos deles precários, a empresa vem a público valorizar a produtividade desta unidade localizada em Seia. O que a empresa não diz é que isso é alcançado com horários prolongados e desregulados, existindo situações em que trabalhadores terminaram a jornada de trabalho às 18 horas e receberam telefonemas depois da meia-noite para se apresentarem ao trabalho às 8 da manhã, para além da desumanidade de impedir os trabalhadores de irem aos sanitários durante várias horas seguidas.

*Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho requerer através de V. Exa., ao **Ministro do Trabalho e Solidariedade Social**, resposta às seguintes perguntas:*

- *Como avalia o Governo a situação das empresas Beiralã, Lusolã e Ara, designadamente em relação aos postos de trabalho e aos direitos dos trabalhadores?*
- *Que apoios públicos, nacionais, locais ou europeus receberam estas empresas?*
- *Que perspectivas de intervenção tem o Governo nestas situações?*
- *Como avalia o Governo a situação de precariedade, desregulação laboral, designadamente em relação aos horários e outras violações de direitos existente no Contact Center da EDP?*

Palácio de S. Bento, 18 de Junho de 2009

Bernardino Soares

Deputado